

## DO ESTADO NOVO AO 25 DE ABRIL



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1995

## A DIALÉCTICA ENTRE AS COMPONENTES MILITAR E CIVIL NO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO DO 25 DE ABRIL

À distância de vinte anos, a Revolução do 25 de Abril começa a despertar um crescente interesse enquanto objecto histórico, depois de ter sido alvo de uma abundante literatura de testemunhos, entrevistas, balanços jornalísticos e abordagens no âmbito da sociologia e da ciência política. A tal facto não será alheia a entrada na idade adulta de toda uma geração que já não transporta consigo a memória da experiência vivida dos acontecimentos dos anos 74-76, contribuindo, assim, para tornar imperativo um olhar de historiador que permita melhor compreender os factos relatados nos inúmeros e tantas vezes contraditórios testemunhos e documentos. Tarefa esta sempre melindrosa, sobretudo quando nos deparamos com uma tão grande abundância de fontes vivas e se está longe ainda de ver saradas as feridas de vária ordem que qualquer ruptura revolucionária sempre abre. Não surpreenderá, por isso, que sejam ainda muito raras as tentativas de carácter historiográfico de abordagem do conjunto deste período, apesar da progressiva superação do preconceito durante tanto tempo vigente nos meios académicos contra a história do passado recente, em nome do mito da objectividade e da sua correlativa exigência de distanciamento temporal. Estamos, porém, em crer que a iniciativa tomada este ano pelo Instituto de História Contemporânea da FCSH da Universidade Nova de Lisboa de organizar um Colóquio

\* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Internacional sobre a Revolução de 25 de Abril de 1974 poderá assinalar a consagração pública da entrada de pleno direito deste acontecimento histórico na historiografia académica do século XX, até aqui demasiado temerosa de ultrapassar os limites dos finais do Estado Novo. Do mesmo modo, a organização deste número temático da *Revista de História das Ideias*, constitui-se em mais um contributo no mesmo sentido.

São de facto, ainda escassos os estudos de carácter historiográfico sobre o conjunto deste período de transição para a democracia. Depois do pioneiro *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril — o período pré-constitucional* (1ª ed., Lisboa, IN/CM, 1983), em que José Medeiros Ferreira privilegia uma linha interpretativa centrada sobre o papel estratégico dominante da instituição militar a cargo da sua "metamorfose política", o MFAP), cumpre assinalar as sínteses historiográficas de Aniceto Afonso na *História Contemporânea de Portugal* e na *História de Portugal* dirigidas por João Medina, em que a crónica dos factos, bem documentada, se sobrepõe a propósitos interpretativos, e a tese de doutoramento de Josep Sánchez Cervelló *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)* (Lisboa, Assírio e Alvim, 1993), extremamente minuciosa na descrição dos acontecimentos do período revolucionário, com base numa exaustiva recolha de fontes escritas e orais, mas com o senão de privilegiar os testemunhos militares e uma linha interpretativa muito contestável, segundo a qual "todas as mudanças e viragens produzidas durante o PREC tiveram como pano de fundo movimentos militares, e as forças políticas actuaram apenas como referentes, mas sem capacidade de modificar muitas vezes o sentido e o ritmo das alterações que os responsáveis castrenses desejavam"<sup>(2)</sup>. Quanto a nós, tanto no *Portugal Contemporâneo*, vol. VI (Lisboa, Publicações Alfa, 1993), como no *Portugal 20 anos de democracia* (Lisboa, Círculo de Leitores, 1994),

P) Cf. José Medeiros Ferreira, *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril — o período pré-constitucional*, 2ª ed., Lisboa, Publicações Alfa, 1990, pp. 193-194. Aguarda-se para este ano ainda o 8º Volume da *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso e coordenado pelo mesmo autor, no qual é analisado o período 1974-1985.

(<sup>2</sup>) Cf. Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1993, p. 431.

preferimos conjugar de forma articulada os papéis desempenhados pelos diferentes sujeitos históricos civis e militares, no respeito pela intrincada trama dialéctica que entre eles se entretêce.

Como todas as Revoluções ou rupturas históricas importantes, o 25 de Abril desencadeia um processo complexo, em que nem sempre é fácil seguir os diferentes enredos que nele se emaranham e a importancia relativa dos actores que naqueles intervêm. Compete ao historiador inserir a narração dos factos num guião explicativo e numa visão interpretativa englobante que permita responder as grandes interrogações que devem presidir a qualquer intento de história política: quais as causas, os móbeis e os fins que conduzem a um determinado acontecimento revolucionário; quem são e como reagem uns sobre os outros os sujeitos principais do processo desencadeado pelo acto revolucionário; quais os seus objectivos imediatos e mediatos e por que projectos alternativos de organização do poder e de modelo de sociedade se batem; quais as estratégias e tácticas que põem em jogo; quais as respectivas bases sociais; que factores favorecem a derrota de uns e a vitória de outros em cada momento do processo; qual a periodização mais rigorosa que desta análise decorre e a cuja luz melhor se pode entender a sucessão dos acontecimentos e o seu desenlace?

Eis, a nosso ver, as principais questões a partir das quais se pode organizar uma grelha interpretativa que permita ultrapassar a simples crónica descritiva, onde o acessório muitas vezes obscurece o essencial, e prevenir tentações de uma explicação demasiado simplificada ou unilateral, porque traída pela espuma das aparências.

Nos nossos dois ensaios de história narrativa deste período, acima referidos, procurámos dar uma primeira e rápida resposta a este conjunto de questões e esboçar a indispensável grelha interpretativa. Gostaríamos neste artigo de tornar mais explícitas as principais conclusões que encerram, para melhor fundamentarmos o nosso ponto de vista sobre o tipo de articulação que se gera entre as componentes civil e militar do processo revolucionário. Um ponto de vista claramente distinto dos defendidos por Medeiros Ferreira e Josep Sánchez Cervelló, como veremos.

Por facilidade de exposição e imperativos de síntese, utilizaremos uma formulação por teses, necessariamente simplificadoras mas suficientemente estribadas, ao que julgamos, nos nossos dois estudos anteriormente publicados.

1ª Tese: O derrube do regime político autoritário-conservador, auto-designado "Estado Novo", a 25 de Abril de 1974, foi, tecnicamente falando, um golpe de Estado, autonomamente conduzido no plano político-operacional por cerca de um quinto da oficialidade das Forças Armadas (com as patentes intermédias de capitães e majores do Exército na sua esmagadora maioria), com o *nihil obstat* de dois dos mais prestigiados generais do Exército (Costa Gomes e Spínola) — mas não a sua chefia directa —, e a neutralidade colaborante da Armada e da Força Aérea, sem quaisquer compromissos prévios com as forças políticas opositoras. Esta tese opõe-se à ficção do "levantamento nacional" que, ao arripio de toda a evidência dos factos, o PCP continua a defender<sup>(3)</sup>, como se o 25 de Abril tivesse representado o coroamento por via da "insurreição militar armada" de um longo e heroico combate das massas populares e da sua vanguarda revolucionária... E opõe-se, do mesmo passo, à explicação avançada por Marcello Caetano e outros representantes do regime deposto da "conspiração comunista" por via de perniciosa influência dos milicianos junto desses quadros intermédios do Exército... (4).

2ª Tese: No Movimento de Capitães, que precede e não deve ser confundido com o Movimento das Forças Armadas surgido em cima e na sequência do próprio golpe, confluem motivações, objectivos e orientações políticas diferentes, na base de uma comum recusa da política colonial seguida pelo regime derrubado e da estrutura ditatorial que lhe servia de suporte. O programa do MFA representa um compromisso entre uma linha que aposta num processo rápido de democratização e de descolonização e uma linha favorável a um processo mais gradualista e anti-independentista. No entanto, a assunção do compromisso da realização de eleições no prazo de um ano para a Assembleia Constituinte introduz à partida uma dinâmica civilista num processo que nasce com exclusiva autoria militar, vindo a tomar-se determinante para o respectivo desenlace.

3ª Tese: O imediato apoio popular na rua a um golpe de Estado militar, cujos autores começaram por recomendar à população que se

(3) Cf. Álvaro Cunhal, "A Revolução de Abril 20 anos depois", *Vértice*, Lisboa, n.º 59, Mar.-Abr. 1994, pp. 7-8.

(4) Cf. Marcello Caetano, *Depoimento*, Rio de Janeiro, Distribuidora Record, 1974, *passim*.

mantivesse em casa, não só se veio a revelar determinante para o sucesso da operação militar dos revoltosos, como logo introduziu uma dinâmica de participação democrática através do imediato exercício pelos cidadãos dos direitos fundamentais à livre expressão do pensamento, à associação e à organização de partidos políticos e sindicatos livres, à manifestação e à greve. Esta dinâmica contribuiu para inviabilizar a curto prazo os propósitos do sector militar que apostava num processo gradualista de liberalização das instituições, como forma de salvaguarda da solução federalista para a questão colonial e de preservação do essencial da estrutura económica herdada, apoiada no poder dos grandes grupos privados. Tratou-se, porém, nesta primeira fase, de um apoio popular em larga medida espontâneo e inorgânico, dada a fragilidade do tecido partidário e mesmo sindical ao tempo existente, que não podia pôr em causa o papel liderante das Forças Armadas, mas que contribuiu para a rápida metamorfose do simples "putch" militar num movimento amplamente participado e com uma forte tendência democratizadora, no sentido não apenas de uma rápida devolução do exercício do poder político a instituições legitimadas pelo sufrágio universal como também de favorecimento de formas institucionais de democracia directa.<sup>4</sup>

*4ª Tese:* A recusa dos Movimentos de Libertação das colónias de negociarem um cessar-fogo sem prévia aceitação pelas autoridades portuguesas quer do reconhecimento do direito à autodeterminação e à independência, quer do seu estatuto de únicos representantes legítimos dos povos das colónias, inviabilizará rapidamente a estratégia federalista de Spínola e tomará inevitável a solução independentista como único modo de pôr fim a uma guerra que os combatentes recusam continuar e a sociedade portuguesa deseja ver terminada de imediato. O confronto suscitado no seio das Forças Armadas em torno da solução a adoptar para a questão colonial determina, porém, uma primeira involução anti-civilista no processo de democratização, na medida em que:

- serve de justificação para a emergência do MFA como órgão político-militar, representativo de uma das tendências do Movimento de Capitães, de controlo do novo órgão de soberania Junta de Salvação Nacional, ao qual acabara de conferir uma delegação de poderes: com a criação da Comissão Coordenadora do Programa (CCP) está lançada a semente da tese da legitimidade revolucionária;

- contribui para a radicalização ideológica de considerável número de quadros das Forças Armadas, cada vez mais vulneráveis à tentação terceiro-mundista da conversão a um exército de libertação nacional, à qual não terá sido estranho todo um processo psicológico de desculpabilização/sublimação;
- afasta do centro do poder uma tendência militar de orientação civilista, que pugnava pela imediata dissolução do MFA nas Forças Armadas redisciplinadas e rehierarchicalizadas, ainda que ao serviço do projecto de concentração presidencial de poderes de Spínola;
- subalterniza o campo civil-partidário, manifestamente carecido de força política, dada a fragilidade das estruturas herdadas do período anterior ao 25 de Abril (incluindo as do PCP) ou imediatamente criadas após esta data, a necessitar de tempo e condições para se impor no terreno, e sem capacidade para conduzir ou interferir significativamente num processo descolonizador em que as Forças Armadas são a parte directa e imediatamente interessada.

*5ª Tese:* A neutralização da via presidencialista-federalista no 28 de Setembro primeiro, no 11 de Março depois, desloca o eixo das opções estratégicas, no seio do poder político-militar, da questão colonial para a questão do modelo alternativo de sociedade a edificar e respectivas bases institucionais, como se toma claro a partir do momento em que se elabora o chamado "Plano Melo Antunes" (Outubro de 74 a Fevereiro de 75). É o começo do processo de confronto entre um modelo socio-económico de orientação socializante, num molde político de democracia pluralista representativa de legitimação eleitoral, e um modelo sócio-económico de orientação socialista colectivista, num molde político de vanguardismo populista de legitimação revolucionária sob a égide do MFA, sendo certo que cada um destes modelos, por seu turno, admitiu as suas variantes: o primeiro albergando uma tendência mais civilista e mais favorável ao claro predomínio da instituição parlamentar da democracia representativa, a par de uma tendência menos civilista, porque apostando num mais forte papel liderante do MFA num período de transição mais ou menos longo, e mais aberta a formas de democracia directa; o segundo englobando uma tendência mais copulista e mais gradualista na estratégia da tomada do poder, a par de uma tendência mais basista e

mais voluntarista nessa mesma estratégia. Cada um destes modelos e respectivas variantes teve os seus agentes e propulsores tanto na esfera civil-partidária como na esfera militar. Toda a questão está em averiguar quem influencia quem e qual o grau de autonomia relativa dos diferentes intervenientes neste complexo processo de afrontamento que se desenrola até à aprovação da Constituição de 76. Porque, se a neutralização da via presidencialista-federalista proporciona o reforço do papel liderante do MFA e abre caminho à sua progressiva institucionalização (Conselho dos Vinte, Assembleia de Delegados), a deslocação do eixo das grandes opções estratégicas para a questão ideológica do modelo de sociedade e do respectivo molde institucional vai, porém, facilitar a permeabilidade do MFA à influência dos partidos políticos, por natureza formuladores e portadores em primeira mão das opções em causa neste domínio. No preciso momento, aliás, em que a aprovação das leis do recenseamento eleitoral e dos partidos políticos permitem a estes últimos uma mais sólida e eficaz implantação no terreno e uma crescente capacidade de enquadramento e mobilização popular.

*6ª Tese:* O 28 de Setembro marca o início de uma escalada do PCP no controlo dos principais meios de comunicação social, do aparelho sindical — com a lei da unicidade — e do aparelho de Estado, através do desenvolvimento de uma aliança privilegiada com o sector do MFA mais próximo das suas posições — o que se agrupa em torno de Vasco Gonçalves, tem na Armada o seu principal esteio e na 5ª Divisão do EMGFA a sua central coordenadora. Esta escalada cria condições para o golpe spinolista do 11 de Março e é por este favorecida, remetendo os partidários civis (PS, PSD, CDS) do primeiro modelo referido na tese anterior para uma posição defensiva — como forma de salvaguarda do seu objectivo estratégico imediato de assegurar a realização das eleições para a Assembleia Constituinte — e colocando a reboque o sector do MFA mais moderado, que se opusera também a Spínola na primeira fase mas apoiara o Plano Melo Antunes na segunda fase deste processo.

O período que decorre até às eleições para a Constituinte e ao comício do 1º de Maio de 75, em que o PS é marginalizado, será marcado por:

- uma apreciável sincronia de posições entre o PCP e o sector gonçalvista do MFA, bem visível tanto na garantia da posição liderante do MFA através da celebração da Plataforma de

Acordo Constitucional com os partidos, como nas decisões relativas às nacionalizações e à Reforma Agrária, que inviabilizam o Plano Melo Antunes;

- uma progressiva aproximação do COPCON de Otelo às posições da extrema-esquerda, particularmente da UDP e do PRP, favoráveis à emergência de órgãos do poder popular;
- uma dessincronia de posições (bem visível no caso da lei da unicidade sindical) entre os partidos defensores da democracia representativa, encabeçados pelo PS — que mantivera pontes com um sector moderado do spinolismo antes do 11 de Março — e o sector militar então agrupado em torno de Melo Antunes, que procura a todo o custo manter a unidade do MFA, não se demarcando ainda das posições vanguardistas revolucionárias do sector afecto a Vasco Gonçalves e alinhando mesmo numa posição crítica em relação à tendência "social-democrática" do PS.

7ª Tese: Os resultados das eleições para a Assembleia Constituinte e o afrontamento PCP/Intersindical *versus* PS, por ocasião do 1º de Maio de 75, desencadeiam o confronto aberto entre as forças políticas e sociais partidárias de cada um dos modelos de sociedade referidos na 5ª Tese, cujos reflexos no seio do MFA se farão sentir de imediato. A emergência da legitimidade eleitoral dos partidos políticos entra em choque com a dinâmica revolucionária vanguardista da aliança entre o sector gonçalvista do MFAe o PCP. O PS, como partido vencedor do pleito eleitoral, não hesita em assumir decididamente a ruptura com essa dinâmica, agindo a partir daí como catalizador da reacção do sector moderado do MFA, que procurava manter-se fiel à linha democrático-representativa subjacente ao programa do MFA. Este sector, num primeiro momento, desenvolve ainda esforços no sentido de preservar a unidade das várias tendências do MFA (Plano de Acção Político de 19 de Junho de 75, em que se procura conciliar o respeito pelo pluralismo com o vanguardismo militar), mas, na sequência da luta desenvolvida pelo PS (caso *República*, demissão do IV Governo Provisório, comícios das Antas e da Fonte Luminosa a 18/19 de Julho de 75 exigindo a demissão de Vasco Gonçalves), passa ao contra-ataque (reunião de Vasco Lourenço com os oficiais da Arma de Infantaria a 25 de Julho e confrontação do mesmo com Vasco Gonçalves na Assembleia do MFA de 25 de Julho).

8ª Tese: A resistencia oposta inicialmente pelo PS e o posterior confronto aberto entre as duas principais linhas do MFA contribuirão para uma radicalização do sector gonçalvista, aproximando-o de posições esquerdistas favoráveis ao poder popular de base, como as que constam do Documento-Guia da Aliança Povo-MFA, e levando-o a apostar na fuga para a frente que representou a formação do V Governo Provisório. A direcção do PCP que, após as eleições para a Constituinte, optara pela prossecução de uma estratégia claramente ofensiva, considerando o modelo socialdemocrata como meio caminho para o regresso a curto prazo a uma ditadura reaccionária<sup>(5)</sup>, começa a ver com preocupação a radicalização voluntarista do sector militar que lhe é afecto, e prefere apostar na tentativa de refazer a unidade perdida do MFA, ao mesmo tempo que procura opor as bases do PS aos respectivos dirigentes<sup>(6)</sup>.

9ª Tese: De finais de Julho ao 25 de Novembro de 75, o MFA perde o carácter de instância de poder liderante do processo revolucionário, preferencialmente apoiada no PCP, que adquirira a partir do 28 de Setembro, para se converter em montra-reflexo das contradições entre dois grandes blocos políticos-sociais, que se expressam em amplos movimentos populares mais ou menos partidariamente enquadrados: a maioria da classe operária da Grande Lisboa e do proletariado rural alentejano e ribatejano liderada pelo PCP e por partidos de extrema-esquerda em convergência precária, contra a maioria da pequena e média burguesia, dos trabalhadores de serviços, dos agricultores e da classe operária do resto do país, liderada pelo PS com o apoio do PPD e do CDS, a colaboração do MRPP e a intervenção da Igreja Católica no Norte e Centro do país.

Multiplicam-se, por consequência, os centros de poder no interior do próprio MFA (CR, AMFA, Directorio, Chefes do Estado-Maior, Comandantes das Regiões Militares, 5ª Divisão, SDCI), que deixam de obedecer a uma lógica unificada de comando via Presidente da República/Conselho da Revolução, e estabelecem-se alianças

<sup>(5)</sup> Cf. Álvaro Cunhal, *A Crise Político-Militar, Discursos Políticos/5*, Lisboa, Edições Avante, 1976, p. 90: "Com a social-democracia Portugal não só não teria socialismo como em breve seriam liquidadas as liberdades por uma ditadura da direita. Com a social-democracia acabaríamos por não ter nem socialismo nem liberdades" (28/6 / 75).

<sup>(6)</sup> *Idem, ibidem*, pp. 164-165.

conjunturais no seu seio, que nem sempre se adequam à lógica dos blocos, como é o caso da que une momentaneamente Otelo ao grupo dos Nove para afastar Vasco Gonçalves e os seus apoiantes da liderança do MFA. A iniciativa política está agora claramente no campo militar, já que é nele que se concentra o essencial do poder decisório, cabendo aos partidos políticos a tarefa de mobilização popular em apoio de uma ou outra facção do MFA.

*10ª Tese:* Entre a reestruturação do CR em Taíneos, a 5 de Setembro, num sentido favorável ao grupo dos Nove, e o 25 de Novembro, desenvolve-se um processo, durante o qual a demarcação de Otelo face ao VI Governo Provisório facilita o relançamento pelo PCP da sua estratégia ofensiva em convergência com a extrema-esquerda, com vista a ganhar força para negociar uma nova recomposição do poder político-militar num sentido que lhe fosse de novo favorável, prevenindo, por outro lado, a eventualidade de um golpe de direita. Esta estratégia defronta-se com a firme determinação do grupo dos Nove, apoiado no PS, de fazer prevalecer no plano militar a supremacia alcançada no quadro do poder político. O 25 de Novembro será, neste contexto, o desfecho natural da confrontação entre duas estratégias antagónicas, devendo o recuo *in extremis* do PCP e do sector militar a ele afecto ser explicado por uma realista avaliação da relação de forças no terreno, que os leva a procurar preservar a margem de manobra necessária para salvaguardar o essencial das mudanças introduzidas no quadro económico-social e evitar o balanceamento para a direita político-militar do processo em curso<sup>(7)</sup>.

*11ª Tese:* O grupo dos Nove, cuja estratégia, a fim de prevenir qualquer viragem à direita, procurava assegurar a continuação do papel liderante do MFA em conjugação com a constitucionalização dos

O Era o que Álvaro Cunhal já entevia no seu célebre discurso ao Comité Central em 10 de Agosto de 1975, quando afirmou: "Admitindo tal eventualidade [golpe militar do lado do Grupo dos Nove], pensamos que não nos devemos deixar encostar ao muro. Que devemos conservar a possibilidade de lançar pontes que parece que já estão quebradas e que não nos devemos deixar arrastar para uma solução de desespero que leve eventualmente a golpes precipitados de resistência já sem forças para a fazer levar a um esmagamento militar e a um esmagamento político do nosso Partido e das forças de esquerda" (*Idem*, p. 156).

mecanismos da democracia pluralista representativa, recebeu o apoio operacional de todo um sector militar em que predominava uma tendência mais civilista, defensora de uma rápida dissolução do MFA nas Forças Armadas, ou seja, do descomprometimento da instituição militar com qualquer projecto ideológico, para se remeter à simples salvaguarda do regime democrático-representativo. Esse sector, que virá a ocupar os comandos das Forças Armadas, redisciplinando-as e afastando-as do combate político-ideológico, delegará num dos seus principais dirigentes, Eanes, a tarefa de representação e condução política do regime democrático, marginalizando progressivamente o Conselho da Revolução, onde tinha assento o grupo dos Nove.

A renegociação da Plataforma de Acordo Constitucional entre o MFA e os partidos políticos pôde, assim, reflectir já, quer a recuperação de posições dos partidos defensores de um modelo democrático-representativo civilista, com a redução dos poderes do MFA, quer o recuo de posições daqueles que, no Grupo dos Nove, se batiam pela conjunção desse modelo com a atribuição ao Conselho da Revolução de ainda importante poderes de controlo do poder político civil, em nome da concepção do MFA como detentor de um papel de liderança revolucionária. O chamado 2º Pacto MFA/Partidos consagra já, por isso, a definitiva vitória a prazo curto da legitimidade eleitoral sobre a legitimidade revolucionária, reflectindo a crescente força dos partidos políticos que por ela se batiam e que as sucessivas eleições confirmarão.

As onze teses aqui avançadas permitem-nos, desde já, algumas conclusões no que toca à questão de fundo da importância relativa dos papéis das componentes militar e civil do processo revolucionário e do tipo de articulação que entre elas se gera: <sup>1</sup>

*1ª Conclusão:* A importância relativa desses papéis varia ao longo das sucessivas fases do processo revolucionário. Assim, a componente militar assumirá um papel primordial do 25 de Abril ao 28 de Setembro, quando está em jogo a questão político-militar da solução para o problema da descolonização. De seguida, através de um sector do MFA, aposta numa aliança privilegiada com o PCP até finais de Julho de 75, quando está em jogo a questão ideológica da definição do modelo de sociedade. Converter-se-á, a partir daí e até ao 25 de Novembro, numa montra-reflexo das contradições protagonizadas no plano político e social pelos diferentes blocos partidários civis. A passagem da 2ª para a 3ª fase aqui referidas é, no entanto, catapultada pela actuação de uma

força civil — o Partido Socialista, que, assim, e ao contrário do expresso na tese de Cervelló, contribui decisivamente, e num momento capital, para modificar "o sentido e o ritmo das alterações que os responsáveis castrenses desejavam"<sup>(8)</sup>. Entre o 25 de Novembro e a eleição dos órgãos de soberania previstos na Constituição de 76, a componente partidária civil faz prevalecer o essencial das duas concepções constitucionais de tendência civilista em matéria de organização do poder político. Em compensação, apoiará a eleição de um Presidente da República militar, o qual reflecte, porém, mais os interesses do sector militar defensor de uma rápida neutralização da componente militar alicerçada na legitimidade revolucionária, do que os desta última.

2ª *Conclusão*: A articulação entre as componentes civis e militares durante o processo revolucionário não pode ser vista em termos de obediente subordinação de umas às outras. Nem as componentes civis vão a reboque das componentes militares, nem estas se limitam a executar as opções estratégicas daquelas. Ao longo de todo o processo há uma margem de autonomia recíproca, que impede a assimilação das fracções do MFA a braços armados das forças políticas civis e destas a simples "referentes" das movimentações militares. Essa margem é particularmente visível nas seguintes dessincronias de actuação: PS/sector melo-antunista do MFA entre Janeiro e Julho de 75; PCP/sector gonçalvista em Agosto de 75; PRP/UDP e sector otelista em Agosto de 75 e no próprio 25 de Novembro. Em contrapartida, gera-se um sistema de mútua dependência entre as diferentes componentes militares e as suas correspondentes componentes civis. Se só o poder militar permite fazer prevalecer as opções estratégicas e ideológicas das forças civis, só a mobilização popular, partidariamente enquadrada, permite, por seu turno, estimular iniciativas e consolidar posições no seio das instâncias do poder político-militar. Neste contexto, a legitimação eleitoral dos partidos defensores de um modelo de democracia pluralista representativa revelou-se um factor poderosíssimo para a modificação da relação de forças no seio do MEA. Fruto do compromisso de honra assumido pelas próprias Forças Armadas, e constantemente lembrado por aqueles partidos, converte-se no factor principal de desmilitarização a prazo do novo regime.

(8) Cf. *idem, ibidem*, p. 431.

3ª *Conclusão*: As modificações ocorridas na importância relativa dos papéis das componentes militar e civil do processo revolucionário (cf. 1ª conclusão), aliadas à complexa dialéctica da relativa autonomia e relativa interdependência destas componentes (cf. 2ª conclusão), impedem-nos de atribuir à instituição militar "o pensamento estratégico da Revolução", como faz José Medeiros Ferreira<sup>(9)</sup>. Antes de mais, porque a instituição militar, como tal, nos surge, ao longo de todo este processo, consideravelmente fragmentada em múltiplos centros de poder e facções políticas, e altamente vulnerável às influências ideológicas dos vários agentes civis. E depois, porque esse pensamento estratégico, mais do que um pressuposto orientador das escolhas-chave realizadas ao longo do processo revolucionário por um pretense sujeito militar clarividente, parece ter resultado antes de sucessivas aferições da evolução do processo, efectuadas por um sector das Forças Armadas, em função das opções estratégicas assumidas pelas diferentes forças partidárias e respectivos reflexos no plano militar. Mais do que um pensamento pré-construído, terá sido, sim, um pensamento em construção e ajustamento constantes, e para o qual o contributo das forças partidárias civis foi determinante. Julgamos, pois, excessiva a afirmação de que "as Forças Armadas pilotaram o trânsito entre o golpe de Estado do 25 de Abril e o período constitucional através de várias formas de intervenção"<sup>(10)</sup>. Mais do que as Forças Armadas, tivemos sim, nessa pilotagem, sectores seus, decerto significativos, mas em confronto com outros e em conjunção com copilotos civis, cuja actuação se revelaria decisiva para o desfecho do confronto intramilitar.

<sup>(9)</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 194. José Medeiros Ferreira não deixa, porém, de reconhecer um significativo papel estruturante aos partidos políticos, particularmente o PS e o PCP, quando afirma no parágrafo anterior (p. 193). "As forças genéticas da Revolução foram desde logo as Forças Armadas e sua metamorfose política, o Movimento das Forças Armadas — em coincidência nem sempre perfeita — e dois partidos políticos, o Partido Comunista [...] e o Partido Socialista [...]".

<sup>(10)</sup> *Idem, ibidem*, p. 191.